



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V  
COLEGIADO DE ADMINISTRAÇÃO

**DANIEL DOS SANTOS DE JESUS DA PAIXÃO**

**FORMALIZEI E AGORA?** os impactos da formalização para  
Microempreendedores Individuais (MEI)

SANTO ANTONIO DE JESUS

2021

**DANIEL DOS SANTOS DE JESUS**

**FORMALIZEI E AGORA? OS IMPACTOS DA FORMALIZAÇÃO PARA  
MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI)**

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia – Campus V, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Me. Daisy Lima de Souza Santos

SANTO ANTONIO DE JESUS

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB

Dados fornecidos pelo autor

J58f

Jesus, Daniel dos Santos de

Formalizei e agora? os impactos da formalização para microempreendedores individuais (MEI) / Daniel dos Santo de Jesus. – Santo Antônio de Jesus, 2021.

55 fls.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Me. Daisy Lima de Souza Santos

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas, *Campus V*. Colegiado de Administração. Santo Antônio de Jesus, 2021.

## TERMO DE APROVAÇÃO

### FORMALIZEI E AGORA? OS IMPACTOS DA FORMALIZAÇÃO PARA MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI)

DANIEL DOS SANTOS DE JESUS

Monografia submetida à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas – Campus V, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração, composta pela seguinte banca examinadora:

Aprovado em: 13/07/2021.

#### BANCA EXAMINADORA

*Daisy Lima de Souza Santos*  
Profa. Me. Daisy Lima de Souza Santos – Professora Orientadora  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

*Rodrigo Luduvico da Silva*  
Prof. Me. Rodrigo Luduvico da Silva – Professor Avaliador  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

*Jamili da Silva Palmeira*  
Profa. Me. Jamili da Silva Palmeira – Professora Avaliadora  
Convidada

*Jamile de Jesus Souza Andrade*  
Profa. Jamile de Jesus Souza Andrade  
Representante SEBRAE

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela minha vida, e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso, que por sinal não foram poucos.

A minha mãe, e principalmente minha esposa que me incentivaram nos momentos difíceis e por terem compreendido minha enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Aos professores pelos ensinamentos, paciência e troca de conhecimentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional.

## RESUMO

Diante da competitividade no cenário econômico, os Microempreendedores individuais (MEI) necessitam enxergar a sua importância para o desenvolvimento da economia, a manutenção dos seus negócios, e, por vezes não utilizam mecanismos organizacionais como: padronização de processos, controle financeiro, auxílio de gestão e nem tão pouco se dão conta de seu papel no cenário inicialmente destacado. O presente artigo busca identificar os principais fatores que impulsionaram a formalização e os impactos na atividade do MEI na região de Santo Antônio de Jesus/Ba entre os anos de 2013 a 2019. Optou-se por realizar uma pesquisa do tipo qualitativa descritiva. A pesquisa se deu através da aplicação de um questionário aos MEI's que buscaram formalização tanto presencial quanto via internet no período da pesquisa. Os resultados mostraram que a maior influência para formalização foi a possibilidade de ter um CNPJ. Em relação aos impactos na atividade, por mais que a maioria dos respondentes tenham declarado estar satisfeitos, os empreendedores não perceberam mudanças significativas, sobretudo, nas vendas.

**Palavras-chaves:** Microempreendedor Individual; Formalização; Impactos.

## **ABSTRACT**

In view of the competitiveness in the economic scenario, individual Microentrepreneurs (MEI) need to see their importance for the development of the economy, the maintenance of their businesses, and sometimes they do not use organizational mechanisms as management assistance, nor do they realize their role in the scenario initially highlighted. This article seeks to identify the main factors that drove the formalization and impacts on the activity of the MEI in the region of Santo Antônio de Jesus/Ba between the years 2013 to 2019. It was decided to carry out a qualitative descriptive research. The research took place through the application of a questionnaire to MEI's who sought formalization during the research period. The results showed that the greatest influence for formalization was the possibility of having a CNPJ. Regarding the impacts on the activity, even though most respondents declared they were satisfied, the entrepreneurs did not notice significant changes, especially in sales.

**Keywords:** Individual Microentrepreneur; Formalization; Impacts.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Evolução da atividade empreendedora no Brasil.....	17
<b>Gráfico 2</b> - Taxa de Empreendedorismo – Oportunidade.....	18
<b>Gráfico 3</b> - Taxa de Empreendedorismo – Necessidade.....	19
<b>Gráfico 4</b> - Total de microempreendedores individuais (acumulado) – dezembro de 2010 a dezembro de 2016.....	21
<b>Gráfico 5</b> - Faixa etária de empreendedores formalizados.....	26
<b>Gráfico 6</b> - Motivos para empreender x idade.....	27
<b>Gráfico 7</b> - Gênero de empreendedores formalizados.....	27
<b>Gráfico 8</b> - Grau de escolaridade dos empreendedores formalizados.....	28
<b>Gráfico 9</b> - Estado civil dos empreendedores formalizados.....	28
<b>Gráfico 10</b> - Quantidade de filhos dos empreendedores formalizados.....	29
<b>Gráfico 11</b> - Composição da família do MEI.....	29
<b>Gráfico 12</b> - Faturamento mensal do negócio.....	30
<b>Gráfico 13</b> - Área de atuação.....	31
<b>Gráfico 14</b> - Tempo de atuação na área.....	32
<b>Gráfico 15</b> - Principal motivo para a formalização do negócio.....	32
<b>Gráfico 16</b> - Principal motivo que o influenciou a abrir um negócio.....	33
<b>Gráfico 17</b> - Funcionário ou prestador de serviço? .....	34
<b>Gráfico 18</b> - Fornecedor de alguma instituição pública? .....	34
<b>Gráfico 19</b> - Emissão de Nota Fiscal.....	35
<b>Gráfico 20</b> - Planejamento empresarial.....	36
<b>Gráfico 21</b> - Utilização de serviço de profissional contábil.....	36
<b>Gráfico 22</b> - Distinção entre recursos do negócio e do empreendedor.....	37
<b>Gráfico 23</b> - Utilização da orientação do Sebrae em seu negócio.....	38
<b>Gráfico 24</b> - Conhecimento das ferramentas do Sebrae.....	37
<b>Gráfico 25</b> - Em caso de necessidade de auxílio do Sebrae.....	38
<b>Gráfico 26</b> - Os valores que compõem o e destinação de cada um deles.....	39
<b>Gráfico 27</b> - Forma na qual conheceu a formalização do MEI.....	40
<b>Gráfico 28</b> - Local de funcionamento do negócio.....	40
<b>Gráfico 29</b> - Ocupação antes de ser MEI.....	41
<b>Gráfico 30</b> - Tempo de exercício na informalidade.....	42

<b>Gráfico 31</b> - Impacto nas vendas após a formalização.....	43
<b>Gráfico 32</b> - Busca de credito após a formalização.....	44
<b>Gráfico 33</b> - Registro de controle detalhado do negócio.....	44
<b>Gráfico 34</b> - Satisfação com o negócio após a formalização.....	45

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 - Matriz Swot da formalização.....</b>	<b>45</b>
--	-----------

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA .....	12
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 Objetivo Geral.....	12
1.2.2 Objetivos específicos.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO .....	14
2.1 EMPREENDEDORISMO.....	14
2.2 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI .....	19
2.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL .....	21
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS .....	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS .....	49
APÊNDICE .....	52

## INTRODUÇÃO

Um dos principais temas discutidos na literatura nacional e internacional tem sido o empreendedorismo, porém, está sempre ligado estudo sobre a importância das políticas públicas ligadas aos pequenos empreendimentos e sua relação com o desenvolvimento local.

O empreendedorismo tem sido objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento, como na Economia, na Sociologia, na Administração, na Educação, etc., representando um importante vetor de desenvolvimento regional por meio da inclusão de classes sociais de baixa renda (BENNETT; RABLEN, 2014; FLORY; ANDREASSI; TEIXEIRA, 2013; JULIEN, 2010; JÜTTING; LAIGLESIA, 2009; DEGEN, 2008).

Um aspecto analisado é o alto índice de desemprego em relação ao ato de empreender. Nesse contexto, o empreendedorismo e o trabalho informal ganham mais espaço diante da situação atual da economia frente ao desemprego, segundo o G1 (2019), “A taxa de desemprego no Brasil ficou em 11,6% no trimestre encerrado em dezembro do ano passado (2018), atingindo 12,2 milhões de brasileiros.

A taxa representa uma estabilidade frente ao trimestre encerrado em novembro e um recuo de 0,3 ponto percentual em relação ao 3º trimestre (11,9%). No ano de 2018, a taxa média de desocupação foi de 12,3%, ante 12,7% em 2017”.

A informalidade sempre foi uma opção para obtenção de renda daqueles que se encontram desempregados, que buscam inovar e criar alternativas para o seu sustento, assim como afirma o G1(2019) numa reportagem sobre o desemprego, “A entrada de trabalhadores no mercado informal ajudou a reduzir o desemprego e colocou um número recorde de pessoas na força de trabalho”. Para Suisso (2006), o trabalho informal tem sido uma solução provisória para os altos níveis de desemprego no Brasil.

O crescimento elevado da classe de trabalhadores informais oriundos do alto índice de desemprego levou o governo brasileiro a apresentar proposta de formalização para estes trabalhadores, isto é, apresentar benefícios a ambas as partes, tanto para o empreendedor, como para o governo, este último com o benefício da arrecadação, o deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB) é autor do projeto de lei que criou a figura do Microempreendedor Individual, em 2008.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2016 foram estimados em todo Brasil que cerca de 10 milhões de trabalhadores atuavam de maneira informal. Com o objetivo de sanar tal questão, a legalização foi instituída pela Lei Complementar nº 128/08, levando a massa crescente de empreendedores não regularizados, a se legalizarem através do Microempreendedor Individual (MEI).

Segundo Fenacon (2016), o programa microempreendedor individual alcançou, ao fim de 2015, a marca de 5,6 milhões de formalizados em todo o país. A partir deste ponto, as pessoas que até então trabalhavam na informalidade, passam a ser vistas como uma organização dentro do mercado econômico após estarem inscritos no Cadastro Nacional de pessoas Jurídicas (CNPJ), no qual pode-se utilizar ferramentas voltadas para os setores empresariais e provocar inúmeras mudanças, sobretudo, na economia local atuando como uma das principais fontes de arrecadação de impostos, sendo eles o Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço (ICMS) que é de competência do governo do Estado e o Imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISS) que tem natureza de arrecadação municipal.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante da conjuntura apresentada, foi estabelecida a seguinte pergunta: Quais os principais fatores que impulsionam a formalização e os impactos na atividade do MEI na região de Santo Antônio de Jesus entre os anos de 2013 a 2019?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

O presente estudo tem como objetivo identificar os principais fatores que impulsionam a formalização e os impactos na atividade do MEI na região de Santo Antônio de Jesus entre os anos de 2013 a 2019.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- 1) Identificar o perfil do MEI em Santo Antônio de Jesus;

- 2) Analisar os pontos fortes e fracos do processo de formalização dos microempreendedores individuais, através da Matriz Swot;
- 3) Identificar como acontece a utilização das ferramentas de controle e gestão por parte dos empreendedores.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreensão da importância do microempreendedor individual em relação à sua atuação econômica de crescimento e desenvolvimento, isto é, se o empreendedor é conhecedor do seu papel como agente de transformação da economia local e se apropria das ferramentas gerenciais para gerir seus negócios de forma eficiente. Sendo assim, percebe-se a importância do MEI para sociedade e para o município.

Além desta introdução, o trabalho está estruturado em mais quatro capítulos: o primeiro apresenta o problema, o objetivo geral e específico e a justificativa; o segundo apresenta a revisão de literatura; o terceiro apresenta a metodologia de pesquisa; o quarto apresenta e analisa os resultados obtidos e, no último capítulo, são expostas as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o alcance do proposto nesse projeto, o referencial será pautado nos tópicos: (1) Empreendedorismo, (2) MEI e; (3) Desenvolvimento Local.

### 2.1 EMPREENDEDORISMO

O empreendedor é a figura do trabalhador que por algum relevante motivo, seja social ou político, vislumbra a necessidade de iniciar uma ação a qual proporcione retorno. A prática empreendedora tem sido cada vez mais vista como uma fonte de geração de empregos, riqueza e desenvolvimento, fazendo com que uma sociedade atrasada, avance progressivamente.

Podemos pensar empreendedorismo em vários sentidos, pode-se compreendê-lo como a habilidade em criar e implementar mudanças, inovações e melhorias a um mercado ou negócio. Nesse aspecto, podemos empreender no emprego, em casa, nos estudos, onde seja possível transformar o meio através da inovação. Inovar é fazer o que já fazem, porém de forma diferente.

O termo "empreendedor" (derivado da palavra francesa *entrepreneur*) foi usado pela primeira vez em 1725 pelo economista Richard Cantillon, que o definia como um indivíduo que assume riscos (CHIAVENATO, 2012, p.6). A partir desse momento, incontáveis conceitos e autores surgiram sobre a ótica do empreendedorismo, levando o seu significado ao subjetivismo conceitual.

Só no início do século XX, a palavra empreendedorismo foi utilizada pelo economista Joseph Schumpeter em 1950 como sendo, de forma resumida, uma pessoa com criatividade e capaz de fazer sucesso com inovações (SILVEIRA et. al. 2007, p.2). A partir daí, novos estudiosos deste tema começaram a introduzir conceitos sobre o empreendedorismo, como é o caso: de K. Knight (1967) e Peter Drucker (1970) e o conceito de risco; Weick (1979) e da percepção de oportunidades; de McClelland (1972) e a "necessidade de realização"; de Carland et al. (1997) com a propensão a assumir riscos, a preferência pela inovação e pela criatividade, e a necessidade de realização (SOUZA et. al. 2008).

Assim como são inúmeros os conceitos de empreendedorismo, muitos são os estudos e pesquisas para identificar características, comportamentos, e atitudes do

empreendedor. A dificuldade tem sido a ausência de uma definição de consenso, levando a discordâncias na conceituação do empreendedor (SOUZA et al. 2008).

De acordo com Lima, Santos e Dantas (2006, p.5):

Outro ponto importante na caracterização do empreendedor é a iniciativa. Enxergar o mundo a sua volta com um olhar diferente, aguçado, e poder detectar oportunidades são características peculiares a indivíduos empreendedores. O indivíduo empreendedor possui um feeling diferenciado e é capaz não só de identificar, como também de criar oportunidades.

Nesse sentido o Sebrae (2017) considera que “ser empreendedor significa, acima de tudo, ser um realizador que produz novas ideias através da congruência entre criatividade e imaginação”.

De acordo com um trabalho desenvolvido pelo Sebrae desde 1993 no Brasil, o Empretec desenvolveu 10 características de um empreendedor de sucesso, baseado em estudos da ONU. De acordo com o estudo, as características do empreendedor podem ser relativas à realização, relativas ao planejamento ou relativas ao poder. Essa será a principal definição utilizada no estudo de caso. Características relativas à realização:

- 1- Busca oportunidades e toma a iniciativa: o empreendedor faz o que deve ser feito antes de ser solicitado ou forçado, age para expandir o negócio, aproveita as oportunidades novas para começar um negócio.
- 2- Corre riscos calculados: avalia as alternativas, age para controlar os resultados, toma riscos moderados.
- 3- Exige qualidade e eficiência: age de maneira a realizar ações, desenvolve procedimentos para assegurar que o trabalho seja executado a tempo e que atenda aos padrões de qualidade.
- 4- É persistente: o empreendedor age diante de um obstáculo significativo, assume responsabilidade pessoal pelo desempenho necessário para atingir metas e objetivos.
- 5- É comprometido: faz sacrifício pessoal para completar as metas que foram determinadas, se esmera em manter os clientes satisfeitos e coloca em primeiro lugar a boa vontade a longo prazo, acima do curto prazo.

Características relativas ao planejamento:

- 6- Busca de informações: está sempre buscando novos métodos e novas informações para aprimorar o serviço.
- 7- Estabelecimento de metas: o empreendedor estabelece metas e objetivos que são desafiantes.
- 8- Planejamento e monitoramento sistemático: planeja dividindo tarefas de grande porte em sub-tarefas com prazos definidos, constantemente revisa seus planos levando em conta os resultados obtidos e as mudanças circunstanciais, utiliza registros financeiros para tomar decisões.  
Características relativas ao poder:
- 9- Persuasão e rede de contatos: o empreendedor utiliza estratégias para influenciar ou persuadir pessoas. Trabalha com pessoas chaves, age para desenvolver e manter relações comerciais.
- 10-Independência e Autoconfiança: o empreendedor busca autonomia em relação a normas e controles de terceiros, mantém seu ponto de vista, expressa confiança na sua própria capacidade de enfrentar um desafio.

O empreendedorismo atual se faz responsável pelas mudanças na economia local, regional, nacional e global, responsável pelas mudanças tecnológicas e sociais, gerando mais empregos e conseqüentemente fazendo girar o ciclo comercial. O ato de empreender está se tornando cada vez mais crescente de forma esporádica em todo o planeta. Nunca se fez tão necessário a compreensão da atividade empreendedora, o perfil de quem empreende, isso é fundamental para o desenvolvimento social.

E os países, principalmente os em desenvolvimento, como o Brasil, estão aprendendo a ver no empreendedorismo uma fonte de desenvolvimento e uma melhor oportunidade de mercado, pois essa ascensão do empreendedorismo vem paralelamente ao processo de privatização das grandes estatais e abertura do mercado interno para concorrência externa. Daí a grande importância de desenvolver empreendedores que ajudem o país no seu crescimento e gere possibilidade de trabalho, renda e maiores investimentos (SILVEIRA et. al. 2007).

Para Schumpeter (1982), o sistema capitalista pode ser explicado pelas condições criadas pelo empreendedorismo, que proporcionam novas formas de organização industrial. O empreendedorismo, diz esse autor, pode ser a caricatura de

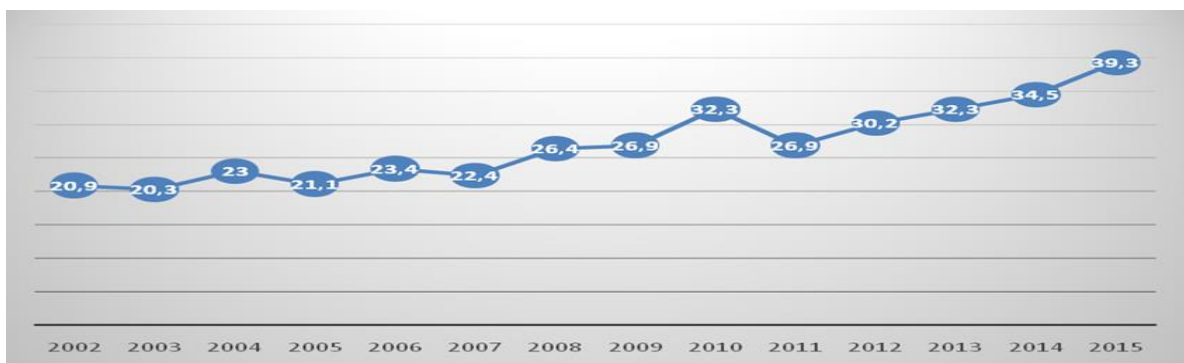
uma sociedade, mas, é, também, o cenário institucional para o capitalismo, que, por sua vez proporciona o desenvolvimento de sua cultura (SOUZA et al. 2008).

Por meio do empreendedorismo, diversas sociedades vêm se beneficiando ao longo do tempo, seja pelo aumento da riqueza ou com a criação de novas oportunidades de emprego e geração de renda. Assim, o estudo do empreendedorismo tem se tornado um importante campo de pesquisa dentro das universidades, com reflexo direto no ambiente de negócios.

O Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e apoio técnico do Grupo de Pesquisa Inovação, Sustentabilidade e Empreendedorismo em Pequenas Empresas da Universidade Federal do Paraná (UFPR), apresentam no Brasil, anualmente, os resultados do Global Entrepreneurship Monitor (GEM). Essa pesquisa foi criada em 1999, fruto de uma parceria entre a Babson College a London Business School e, atualmente, é a mais abrangente pesquisa anual sobre atividade empreendedora no mundo, que explora o papel do empreendedorismo no desenvolvimento social e econômico.

Em 2016, a pesquisa divulgou que no período de 2002 a 2015, a taxa total de empreendedorismo no Brasil cresceu de 20,9% para quase o dobro em 2015 (39,3%). De acordo com o próprio GEM (2015), quatro em cada dez brasileiros adultos já possuem um negócio ou estão envolvidos com a criação de uma empresa, o que significa afirmar que esses (39,3%) referem-se a algo em torno de 52 milhões de brasileiros com idade entre 18 e 64 anos (ver gráfico 1).

**Gráfico 1** - Evolução da atividade empreendedora no Brasil

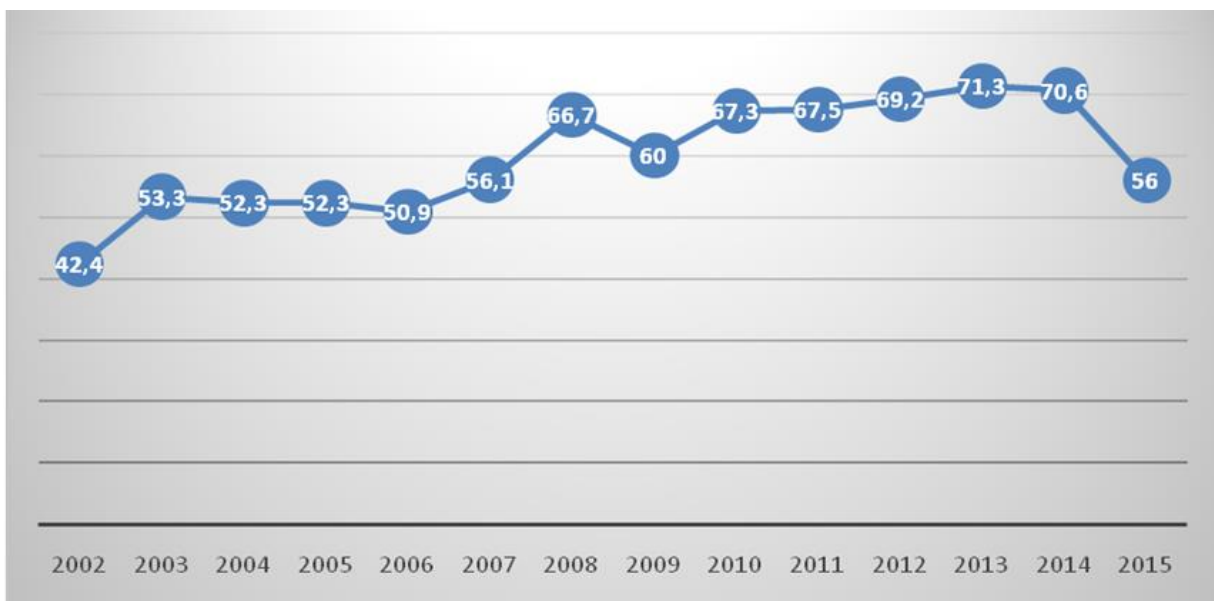


**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no GEM (2002-2015).

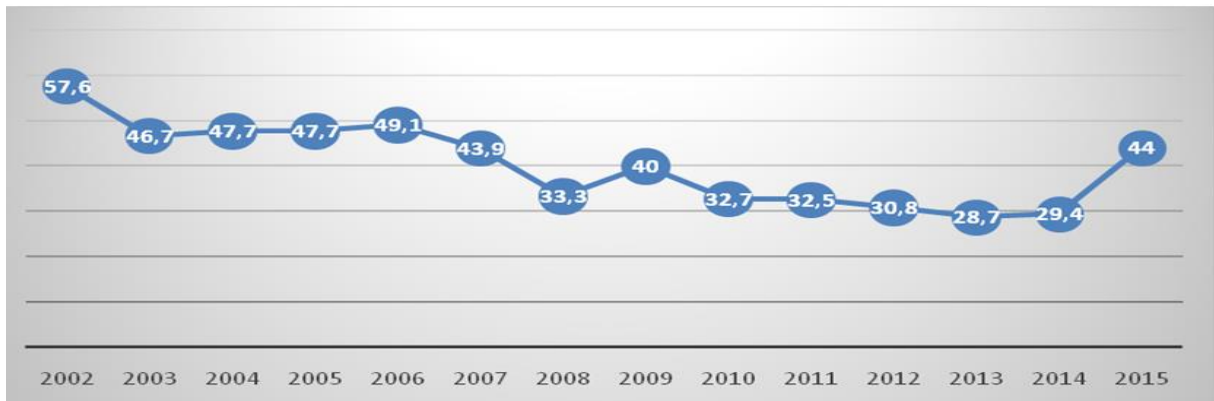
Sob o ponto de vista das motivações que levam à abertura de um negócio, Dornelas (2016) sugere dois tipos de empreendedorismo: o empreendedorismo de oportunidade e o por necessidade. O empreendedorismo por oportunidade é aquele em que o futuro empreendedor até mesmo por conta das suas características e habilidades pessoais é capaz de identificar uma oportunidade e a partir daí cria seu próprio negócio. No empreendedorismo de necessidade, o empreendedor, na sua maioria, é movido pela ausência de emprego e almejando soluções para a sua sobrevivência acaba se aventurando no meio empreendedor.

Segundo os dados do GEM 2015, no período de 2002 a 2015, o empreendedorismo por oportunidade no Brasil evoluiu de 42,4% em 2002 a 56,0% em 2015 (ver gráfico 2). Já os dados do empreendedorismo por necessidade reduziram de 57,6% em 2002 a 44,0% em 2015 (ver gráfico 3).

**Gráfico 2** - Taxa de Empreendedorismo – Oportunidade



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no GEM (2002-2015).

**Gráfico 3 - Taxa de Empreendedorismo – Necessidade**

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no GEM (2002-2015).

## 2.2 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

O governo através da alteração de Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar nº 123/06), buscando tratar da problemática da informalidade no contexto do trabalho, criou o MEI, Programa do Microempreendedor Individual, estabelecido pela Lei Complementar 128/08 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2009 e teve como ideia principal buscar formalizar os empreendedores que atuavam na informalidade, gerando capitação de impostos que o governo até então não alcançava, trazendo como atrativo os benefícios que os futuros e atuais e empreendedores informais teriam ao se cadastrar.

O Empreendedor Individual é fruto da aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei Complementar 128/08 que foi prontamente sancionada pelo Presidente Lula. O fato de ser uma Lei Complementar dá segurança ao Empreendedor porque ele sabe que as suas regras são estáveis e para serem alteradas necessitam de outra Lei Complementar a ser votada também pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, ou seja, há uma grande segurança jurídica de que as regras atuais não serão alteradas facilmente (SOUZA; SCHAURICH, 2011, p.1).

Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Conforme Brasil (2008), considera-se MEI, para fins da Lei Complementar 123/06, o empresário individual que se adequa na definição do art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002: “considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”.

Para ser um MEI é necessário faturar no máximo até R\$ 81.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular, podendo ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria. De acordo com a Receita Federal do Brasil (2017) o limite de faturamento anual para os negócios que se enquadraram em MEI antes de 2018 era de R\$ 60.000,00, válido até 31/12/2017.

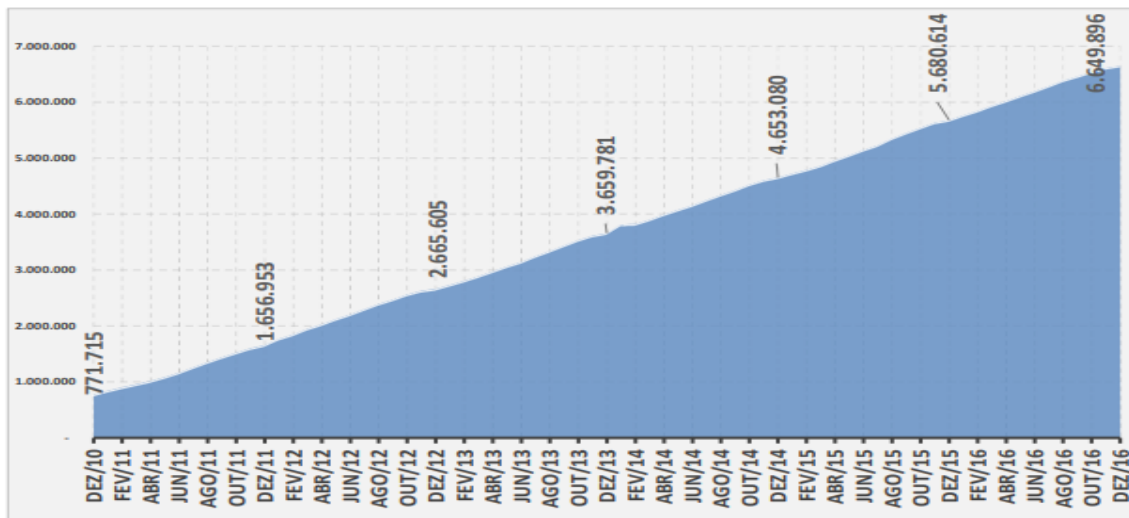
A Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um MEI legalizado. Entre as vantagens oferecidas por essa lei, está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), que facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais.

Dentre os principais benefícios oferecidos pelo programa MEI destacam-se: (i) cobertura do plano de previdência social, como direito a auxílio-doença, salário-maternidade e aposentadoria; (ii) registro formal de até um empregado com remuneração limitada de um salário mínimo ou piso da categoria; (iii) baixa burocracia e facilidade na formalização; (iv) carga tributária reduzida, com formalização e registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; (v) acesso ao crédito facilitado, com taxas de juros subsidiados; (vi) emissão de nota fiscal e (vii) maior autonomia financeira (SEBRAE, 2017).

Além dos benefícios citados acima, o MEI será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL). Assim, pagará apenas o valor fixo mensal de R\$ 56,00 (comércio ou indústria), R\$ 60,00 (prestação de serviços) ou R\$ 61,00 (comércio e serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Esses valores são atualizados anualmente, de acordo com o salário mínimo. Com essas contribuições, o Microempreendedor Individual tem acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio-doença, aposentadoria, entre outros, além do poder de exercício da atividade legal do exercício com isenção também de alvarás e licenças de funcionamento.

O Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) realizou em 2017 uma pesquisa e divulgou o total de empreendedores individuais no Brasil acumulados entre os anos de 2010 a 2016 (vide gráfico 4).

**Gráfico 4** - Total de microempreendedores individuais (acumulado) – dezembro de 2010 a dezembro de 2016



**Fonte:** SEBRAE (2017).

De acordo com o site Portal do Empreendedor, o Brasil até dezembro de 2018, apresentava um total de 7.739.452 de Microempreendedores Individuais formalizados. O Estado da Bahia, nesse mesmo período possui 424.404, já o município de Santo Antônio de Jesus (objeto dessa pesquisa) no mesmo Estado, apresentava 4.528 formalizações.

Souza et al (2016) realizaram uma pesquisa no Estado de Minas Gerais e chegaram à conclusão que o programa MEI tem se mostrado uma política pública eficaz na criação de novos empreendimentos, na formalização de empreendimentos informais já existentes, na melhoria de desempenho dos empreendimentos, no aumento da renda média do trabalhador e na promoção do desenvolvimento local.

### 2.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL

As ideias de desenvolvimento local são controversas, às vezes, até antagônicas entre si, tanto no Brasil quanto no debate internacional. A tarefa de comparar experiências de desenvolvimento local é exigente. O desenvolvimento local é um tema que suscita controvérsias e sobre o qual é difícil reunir consensos, tanto no Brasil quanto no debate internacional (CALDAS, 2007; MARTINS; CALDAS, 2009A, 2009B).

A profusão de visões não representa somente um debate acalorado nos meios acadêmicos e intelectuais. É também fruto de uma crise substantiva do conceito e da

prática do desenvolvimento. O excesso de adjetivos ao substantivo desenvolvimento (local, sustentável, territorial, sustentado, integrado, democrático, participativo, entre outros) prova que este, de algum modo, perdeu parte do vigor e do seu sentido vetorial.

O tema do desenvolvimento local não é apenas controverso em termos conceituais, mas também metodológico. Assim colocado, tentativas de avaliar ou medir o desenvolvimento econômico produzido pelas intervenções locais tornam-se uma tarefa, no mínimo, difícil (MALUF, 2000).

Há quem diga que as experiências de desenvolvimento local são apenas a expressão espacial de um novo arranjo industrial “pós-fordista” (BENKO; LIPIETZ, 1994, p 4). Há quem diga, por outro lado, que as experiências de desenvolvimento local têm dinâmicas próprias e não são apenas o reflexo da reorganização internacional do capital (BACATTINI, 1994). Há ainda quem acredite no local como espaço privilegiado para experimentações contra hegemônicas (SANTOS; RODRÍGUEZ-GARAVITO, 2002, 47).

Santos e Rodríguez-Garavito (2006) propõem o conceito de um desenvolvimento local de base, “de baixo para cima”. A capacidade de decidir sobre esse desenvolvimento não é entendida como algo de exclusividade do Estado ou das elites econômicas locais. Os autores enxergam na sociedade civil como o ator principal desse processo de construção coletiva. Tal processo cria um potencial para que o efeito econômico dessas experiências chegue à esfera política e produza um ciclo de crescimento que contrarie as lógicas de exclusão socioeconômica e política.

O desenvolvimento local também apresenta vários significados, comportando as diferentes dimensões em que se exerce a cidadania, e tem condições de criar um espaço de interação entre cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do que é público. Essa concepção não admite modelos paradigmáticos de desenvolvimento local.

No caso de Oliveira (2001) é interessante notar a construção do autor em relação à ideia de um “subdesenvolvimento local”. Seguindo seu raciocínio, isso implica pensarmos em duas advertências. A primeira afirma que nem sempre a existência do desenvolvimento é resultado da evolução em relação à uma condição anterior de subdesenvolvimento, mas é dada historicamente por relações entre nações, ou mesmo regiões. A segunda advertência diz respeito à especificidade do

contexto e da condição brasileira. Tratar as questões do desenvolvimento local tendo como referência a França ou a Inglaterra é diferente de tratar do mesmo tema no Brasil, país dependente e periférico.

O perigo está presente quando o desenvolvimento local tende a substituir a cidadania. Quando o conceito tende a ser utilizado como sinônimo de cooperação, de negociação, de convergência de interesses, de apaziguamento do conflito. O desenvolvimento local, em muitas versões, é o nome do público não estatal. Em nome de novos empregos e do aumento de renda, privatiza-se o público e retira-se do lugar a memória, a cultura do local via a acumulação primitiva do capital (OLIVEIRA, 2001, p. 24).

Outro aspecto relacionado ao desenvolvimento local é que ele implica em articulação entre diversos atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local (BUARQUE, 1999).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é de suma importância no processo de investigação e resolução da pesquisa científica, pois insere o pesquisador no campo de estudo, guiando o mesmo no desenvolvimento das produções científicas. Segundo Oliveira (2011, p.19):

A metodologia é o estudo do método e de suas técnicas. Constitui o caminho que deve seguir toda investigação científica para que o conhecimento do tipo científico seja gerado. [...] A metodologia estuda a melhor maneira de abordar determinados problemas para a produção de um conhecimento que possa ser chamado de científico. Ela tem interesse pelo estudo, pela descrição e análise dos métodos, seus objetivos, utilidades e consequências.

Com o intuito de responder a questão central definida para essa pesquisa, optou-se por realizar uma pesquisa do tipo qualitativa descritiva. Segundo Gil (2002, p 42), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo apresentar as características de populações ou fenômenos específicos, tendo, inúmeros tipos de estudos se adequando a este modelo de pesquisa.

A técnica de coleta de dados se deu por meio de um questionário aplicado diretamente com os Microempreendedores Individuais. Na visão de Marconi e Lakatos (2011, p 69), a pesquisa de campo se dá pela observação de fatos e fenômenos, como ocorrem espontaneamente, pela coleta de dados e registro à eles referentes. Também apresenta características da pesquisa survey o que em português significa “pesquisa”, como expõe Prodanov e Freitas (2013), este modelo de pesquisa ocorre pela indagação à pessoas de um grupo, onde o comportamento se deseja conhecer, ou seja, acontece por meio de solicitações de informações onde se obtém conclusões a partir dos dados coletados.

A pesquisa se deu através da aplicação de um questionário, visando identificar, analisar e entender, a visão dos microempreendedores sobre os impactos da formalização e a importância dos mesmos para a economia regional. Para Marconi e Lakatos (2010, p. 184) questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.

A compilação dos dados pesquisados é uma das partes fundamentais do trabalho, tendo em vista que é onde são confrontados os objetivos gerais e específicos

da pesquisa, apresentando através de gráficos e descrições todos os resultados obtidos, juntamente com as variações encontradas.

Como técnica de análise de dados optou-se pela estatística descritiva, por meio de gráficos. Neste sentido, foi possível ter uma melhor compreensão da realidade proposta nesta pesquisa. A pesquisa teve uma amostra significativa, sabendo que essa amostra foi tirada de uma população total de 50 microempreendedores individuais, que buscaram formalização nos períodos supracitados em ambos lugares tratados anteriormente.

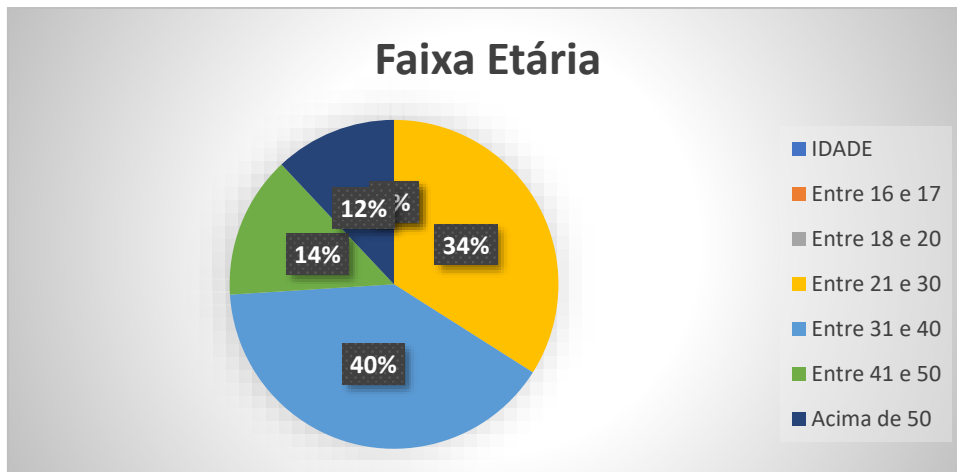
Além de ser potencial empreendedor, não se teve um perfil de pessoa específico para aplicação do questionário, já que no Brasil segundo o art. 972 do Código Civil, “Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.” Sendo assim, todos os questionários foram respondidos por pessoas que já exerciam atividades com fins lucrativos e buscavam a formalização, e pessoas que devido alguns fatores, buscavam a legalização do primeiro negócio.

#### 4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS

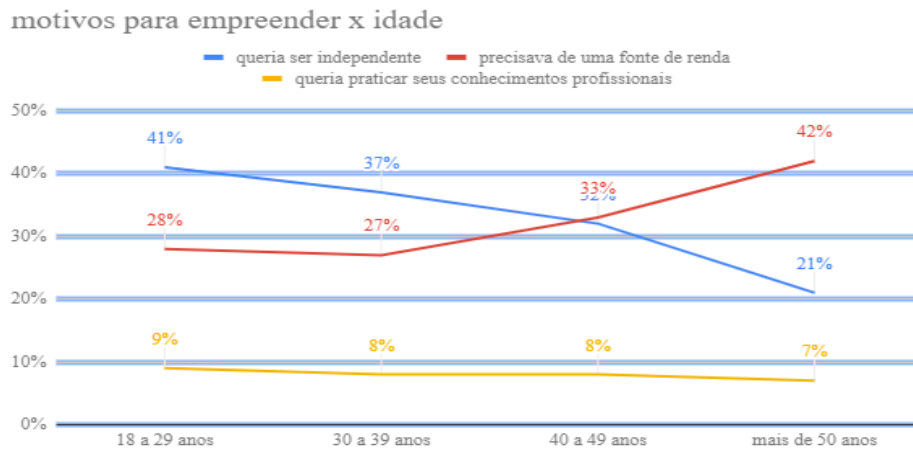
Procurou-se traçar o perfil dos microempreendedores individuais de Santo Antônio de Jesus que responderam ao questionário da pesquisa. Ao analisar a faixa etária dos entrevistados, verificou-se que há uma faixa entre 27 e 33 anos correspondendo à um total de 32%, seguido pela faixa etária mais de 40 anos e entre 34 e 40 anos, que juntos totalizaram 26% e 24% respectivamente. Por meio desses resultados, pode-se realizar uma comparação com a pesquisa Estudo do perfil do microempreendedor individual do Sebrae em 2019 “motivo para empreender x idade”, na qual, as pessoas de idade acima dos 34 anos, empreendem por conta da necessidade de obter uma fonte de renda, conforme identificado no gráfico 6.

O resultado obtido na pesquisa, revelou respostas muito próximas ao resultado da pesquisa realizada pelo Sebrae (2019). Neste sentido, fica cada vez mais evidente que quanto maior a idade, maior o desemprego, e maior necessidade de obter uma renda.

**Gráfico 5** – Faixa etária de empreendedores formalizados

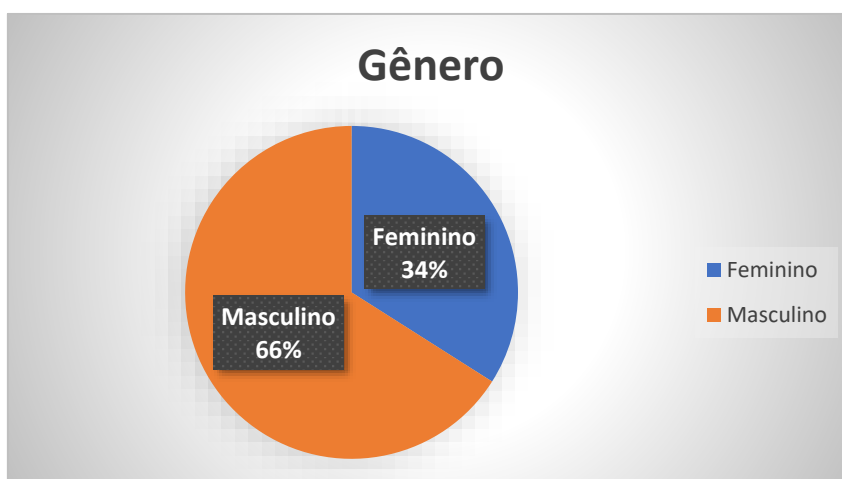


**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

**Gráfico 6 – Motivos para empreender x idade**

**Fonte:** Estudo do perfil do microempreendedor individual. Sebrae (2019).

Ao avaliar o gênero dos entrevistados, verificou-se que há uma classe predominante, o sexo masculino compõe um total de 64%, deste modo, o sexo feminino é representado em menor proporção, evidenciando que o ramo empreendedor não apresenta oportunidades iguais para ambos os sexos, percebe-se que as mulheres vêm ganhando espaço no cenário econômico, porém, o sexo masculino ainda é predominante no que se diz respeito ao ato empreender e da formalização, conforme é demonstrado na figura 3, pode-se considerar que o fator cultural como um influenciador para tal resultado.

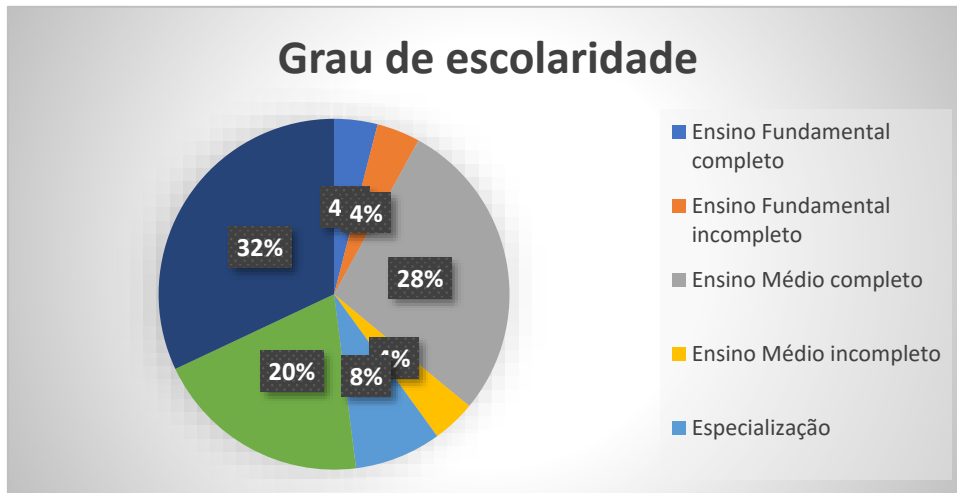
**Gráfico 7 - Gênero de empreendedores formalizados**

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Em relação ao grau de escolaridade ficou nítido que uma pequena parcela dos entrevistados possui nível superior completo e especialização, deixando claro que o

empreendedorismo é realizado, na maioria das vezes, por pessoas que não tiveram muitas oportunidades de estudo, sendo evidenciado por 4% dos entrevistados que não possuem ensino fundamental e médio completos. Tem-se também uma parcela relevante que concluiu o ensino fundamental e médio, cerca de 32% e 28% respectivamente.

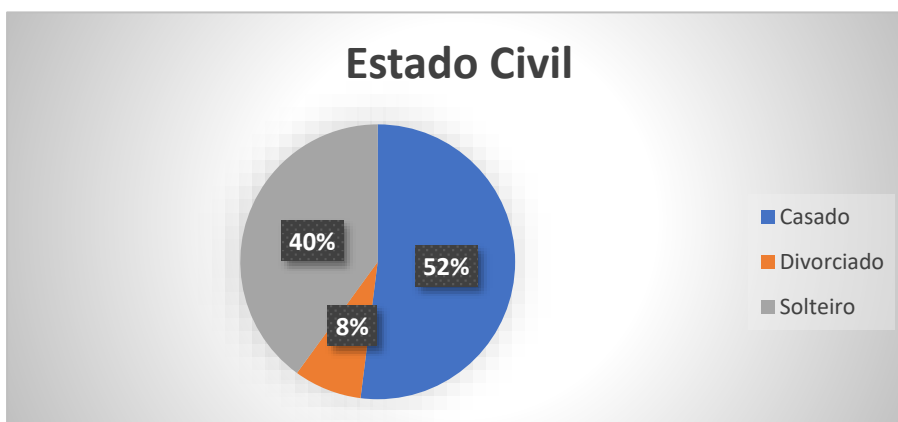
**Gráfico 8** – Grau de escolaridade dos empreendedores formalizados



**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Em relação ao estado civil não ficou evidente uma influência direta do mesmo em relação ao empreendedorismo, ao menos em relação à pesquisa realizada, tendo em vista que os empreendedores casados e solteiros correspondem à 52% e 40% respectivamente e os divorciados somam 8% do total pesquisado.

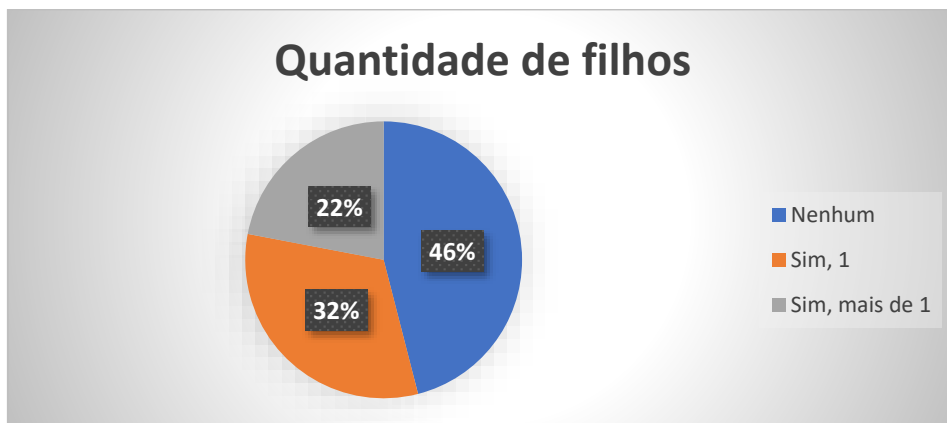
**Gráfico 9** – Estado civil dos empreendedores formalizados



**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

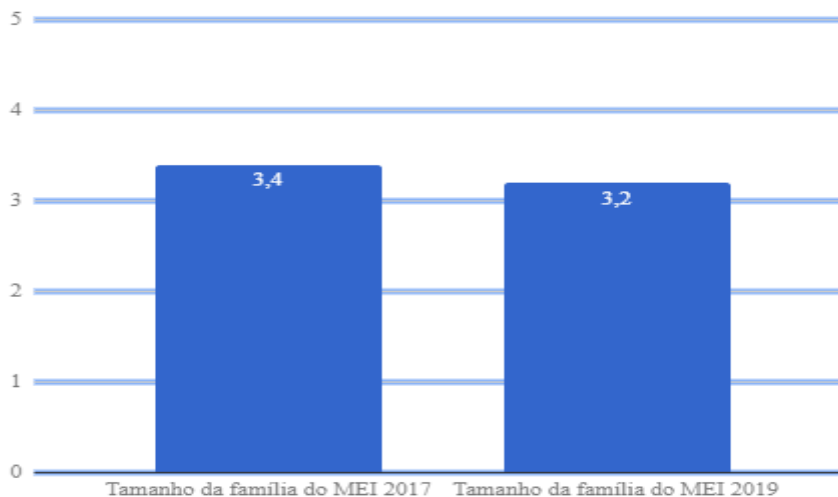
Ao verificar-se a quantidade de filhos dos empreendedores entrevistados, onde 46% dos entrevistados não tem filhos e 32% possui somente 1 filho, notou-se que o mesmo segue uma tendência nacional, o tamanho das famílias dos MEI's está diminuindo à cada ano que passa, como demonstra a figura 7 extraída de uma pesquisa do SEBRAE, onde em 2017 o resultado era 3,4 e em 2018 esse número diminuiu para 3,2 pessoas por família.

**Gráfico 10** – Quantidade de filhos dos empreendedores formalizados



**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

**Gráfico 11** – Composição da família do MEI



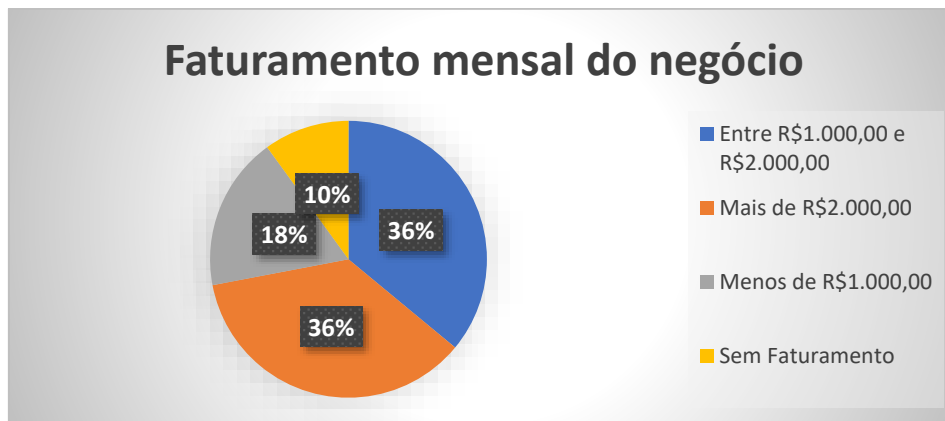
**Fonte:** Estudo do perfil do microempreendedor individual. Sebrae (2019).

Ao analisar o gráfico 12, referente ao faturamento médio mensal do MEI, nota-se que ao buscar a formalização os microempreendedores conseguem, na maioria das vezes, obter melhores faturamentos devido a abertura de mercado por atender

alguns requisitos legais e formais, no abastecimento de produtos ou prestação de serviços exigidos por clientes de pessoa jurídica ou mesmo órgãos públicos, deve-se levar em consideração que se trata de faturamento bruto do negócio, ou seja, não houve apuração de custos para se obter as respostas.

Observa-se que os grupos que possuem 18% e 10% do percentual da pesquisa para tal tópico, seus sustentos não provem da atividade de microempreendedora, e sim, de complementação de verba ou até mesmo com a simples finalidade de contribuição para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

**Gráfico 12** – Faturamento mensal do negócio



**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Dados da pesquisa mostraram que 63% dos Microempreendedores são prestadores de serviços, o setor é porta de entrada para os empreendedores devido ao investimento inicial mais baixo e podendo atuar na maioria das vezes com baixa qualificação, sendo assim um grande estímulo para o ingresso no empreendedorismo, seguidos pelos comerciantes com 33% do percentual, na maioria das vezes requer um maior investimento é para a aquisição da mercadoria, por fim a mínima parcela dos que atuam na indústria, que correspondem à 4% dos microempreendedores, este setor muitas das vezes necessita de um investimento em maquinário e matéria prima maior que nos demais setores, podemos assim resumir que quanto menor o investimento inicial maior a quantidade de MEI's.

**Gráfico 13 – Área de atuação**

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

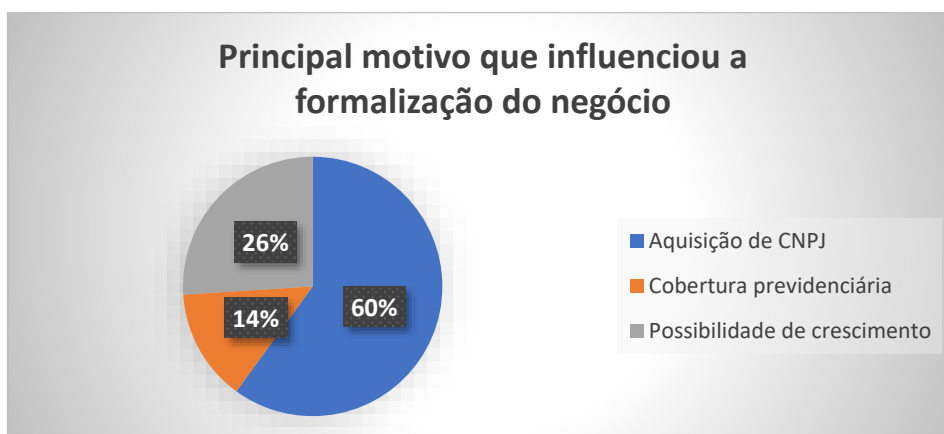
Sabe-se que o sucesso e a prosperidade de uma organização estão extremamente entrelaçados a saúde financeira e tempo de atuação no mercado da mesma, ocorrendo distorções entre essa estabilização, a empresa fica sujeita a sérios problemas de endividamento ou até mesmo falir antes de completar um exercício (ano fiscal ou exercício é o período de tempo escolhido para se fazer a demonstração de resultados contábeis de uma empresa, em geral, o exercício possui a duração de um ano civil (365 dias) ou ano comercial (360 dias).

Quando questionados sobre o tempo de atuação na área 64% afirmaram terem mais de 2 anos, podemos afirmar que os mesmos já possuem uma bagagem de mercado e suponha-se que na parte financeira conseguem honrar com os compromissos junto aos credores, já pagaram os investimentos iniciais e já são rentáveis e auto sustentáveis, 26 % possuem menos de 1 ano de atuação, estão no período de adaptação do negócio e cobrindo os custos do investimento inicial, buscando a afirmação no mercado com busca de clientes e adaptação frente às novas situações, 10% dos entrevistados estão na faixa de 1 ano de atuação, este grupo possui um pouco menos de experiência e teoricamente já se pagaram os custos iniciais de implementação do negócio e possuem um pouco mais de liquidez de que o último grupo descrito.

**Gráfico 14** – Tempo de atuação na área

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

A Lei Complementar nº 128/08 expõe muitos benefícios como forma de atração e retenção dos empreendedores que exercem a atividade profissional de forma irregular. Quando perguntados sobre o que os influenciou à formalização no negócio, os entrevistados se reportaram à aquisição do CNPJ e a facilidade de acesso a crédito no mercado, que prevalece com 60% das manifestações acerca da influência. Outro ponto relevante é possibilidade de crescimento através da abertura de mercado pós a formalização correspondendo com 26% do percentual das respostas. Contemplando os outros 14% está a cobertura previdenciária para os microempreendedores individuais, com a possibilidade de inclusão de dependentes a este benefício.

**Gráfico 15** – Principal motivo para a formalização do negócio

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Cada vez mais o brasileiro enxerga o empreendedorismo como sendo uma alternativa para se conseguir uma renda extra, ao menos o que demonstra o resultado

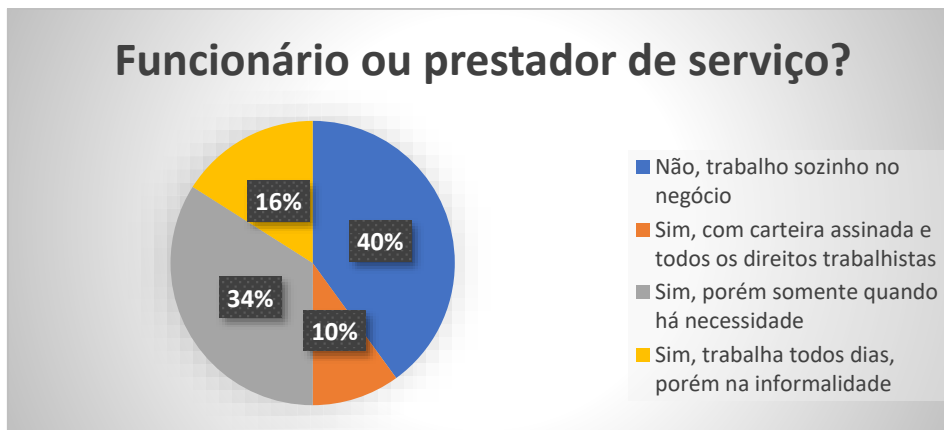
da pesquisa, onde 42% indicaram este como sendo o principal motivo para abrir o negócio, 36 % afirmaram que por possuir características de empreendedor abriram o negócio e 22% dos entrevistados apontaram o desemprego como sendo o motivo principal para investir no negócio, o ideal seria se tivéssemos uma taxa bem menor para esta resposta da pesquisa, já que este percentual refere-se ao empreendedorismo de necessidade descrito acima no referencial teórico por Dornelas (2016).

**Gráfico 16** – Principal motivo que o influenciou a abrir um negócio



**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Os Microempreendedores individuais têm cada vez mais participado do desenvolvimento social e econômico de suas regiões gerando empregos diretos e indiretos, na pesquisa podemos identificar que 40% dos entrevistados não utilizam funcionários nem prestadores de serviços, porém os demais entrevistados necessitam de auxílio, seja de formal legal ou esporadicamente, como podemos ver, 34% responderam que contratam prestadores de serviços somente quando há necessidade, 16% possuem funcionários, porém na total informalidade e os 10% restante possuem colaboradores com carteira assinadas e todos os direitos trabalhistas, lembrando que o microempreendedor pode contratar somente um funcionário de carteira assinada.

**Gráfico 17** – Funcionário ou prestador de serviço?

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Sobre o fornecimento de produtos e serviços para instituições públicas, analisando os resultados obtidos na pesquisa verifica-se que os MEI's ainda atuam de forma muito tímida, onde 84% dos entrevistados não possuem nenhum cliente desse tipo e somente 16% estão trabalhando com instituições públicas, sabe-se que os mesmos podem como qualquer outra empresa dos demais portes obter documentos, alvarás e certificados necessários para participar de licitações e ou pregões e se tornar um fornecedor ou prestador de serviço do Estado.

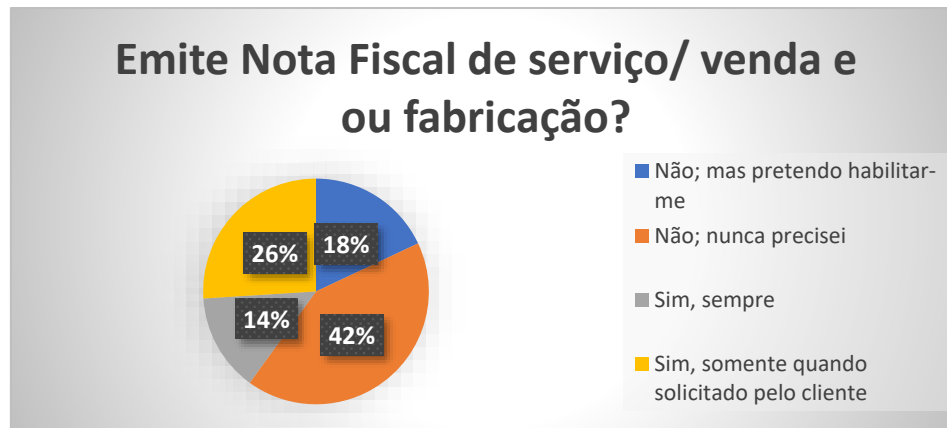
**Gráfico 18** – Fornecedor de alguma instituição pública?

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Os Microempreendedores individuais não são obrigados a emitir nota fiscal, exceto quando solicitado pelo cliente, quando o serviço ou a venda de mercadoria é feito para cliente de natureza jurídica, o MEI é um enquadramento previsto no Simples Nacional. Por isso, fica isento dos tributos federais, como Imposto de Renda de

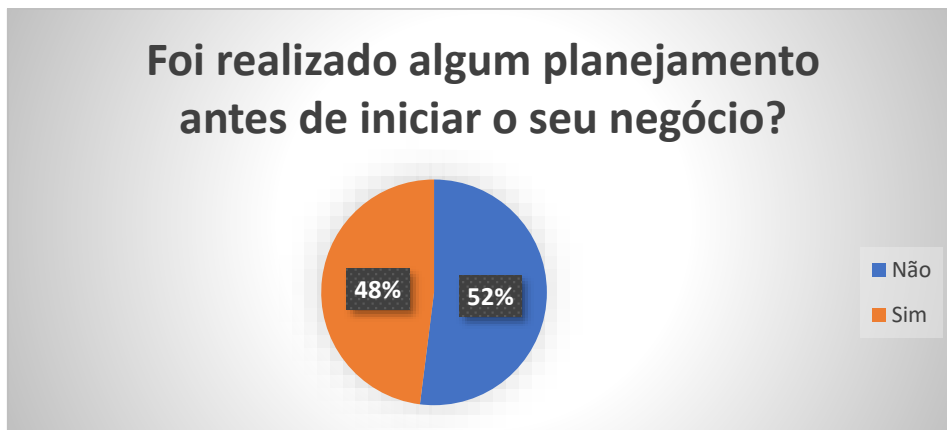
Pessoa Jurídica, PIS, Cofins, IPI e CSLL, também fica isento de pagamentos sobre o faturamento. Pôde-se observar que 42% dos entrevistados nunca emitiu nota fiscal por afirmarem nunca ter precisado, 26% emitem nota fiscal somente quando solicitado, 18% nunca emitiram, porém pretendem habilitar-se para emissão dos mesmos e os 14% restantes emitem nota fiscal constantemente.

**Gráfico 19** – Emissão de Nota Fiscal



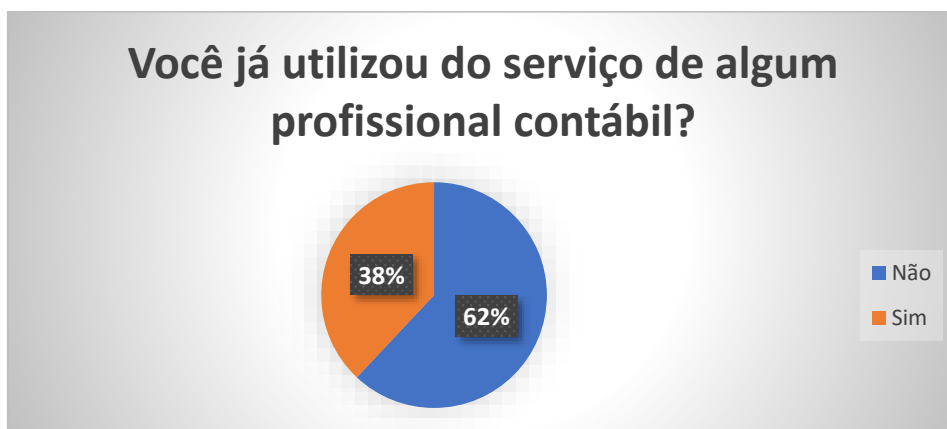
**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Desde a ideia inicial até a concretização do empreendimento, o planejamento vai direcionar como e quando cada passo deve ser dado, quais são as preocupações necessárias, qual é o momento para começar e tudo que o empreendedor precisa saber para entrar na área de execução totalmente preparado. Quando apuramos os resultados da pesquisa, identificamos que 52% dos entrevistados não fica qualquer tipo de planejamento e nos mesmos teoricamente têm menos chances de sucesso que os 48% que se planejaram e se estruturam antes de iniciar o negócio, buscando mais solidez no investimento (vide gráfico 20).

**Gráfico 20** – Planejamento empresarial

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Notou-se que a procura pelo profissional contábil entre os empreendedores pesquisados é de apenas 38%, o que nos remete novamente a entender o porquê da falta de sucesso das empresas. Tendo em vista que a legislação do MEI não obriga os mesmos a utilizarem os serviços da contabilidade, não significa dizer que a contabilidade está dispensada neste modelo de negócio. A contabilidade ao lado da Administração são fundamentais para o andamento de qualquer organização, pois ela não só trata da parte tributária, o que a legislação do MEI dispensa, considerando que o mesmo dispõe do simples nacional, uma única guia de recolhimento para todos os encargos, mas também auxilia à administração da empresa nas tomadas de decisões. Observa-se na figura 21 que de forma quase unânime, 62% dos potenciais empreendedores não utilizaram em nenhum momento serviços do profissional contábil.

**Gráfico 21** – Utilização de serviço de profissional contábil

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Sabe-se que o sucesso e a prosperidade de uma organização estão extremamente entrelaçados a saúde financeira da mesma, ocorrendo distorções entre essa estabilização, a empresa fica sujeita a sérios problemas de endividamento. Quando questionados em relação distinção entre recursos do negócio e do empreendedor, em 46% dos casos, o proprietário se incumbe desta responsabilidade, mesmo quando por vezes tem conhecimentos mínimos para tal função, o Sebrae oferece inúmeras capacitações com intenção de ajudar os empreendedores, o que remete a um possível crescimento e abrangência de mercado.

Um total de 32% dos potenciais empreendedores não faz a distinção dos recursos para a gestão financeira, este fato impulsiona problemas na vitalidade do negócio, pois a falta de um planejamento financeiro prejudica a permanência no mercado. 22% dos entrevistados afirmaram que somente às vezes fazem distinção entre os recursos próprio e o da empresa.

**Gráfico 22** – Distinção entre recursos do negócio e do empreendedor



**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Alguns empreendedores desconhecem os benefícios da formalização, muitas vezes se importam somente com os custos, O Sebrae possui um extenso portfólio de capacitações específicas para os microempreendedores individuais, desde a idealização e planejamento do negócio, até consultorias e cursos que auxiliam os mesmos na estruturação e tomadas de decisões.

No resultado da pesquisa podemos identificar que os microempreendedores ainda não dão a devida importância às tais orientações do SEBRAE, onde os que simplesmente não utilizam as orientações da instituição somam 32%, mesmo percentual dos que não utilizam, mas pretendem utilizar, 20% das respostas

equivalem aos que utilizam constantemente e os 16% restante ficam à cargo dos empreendedores utilizam somente quando são obrigados pela legislação.

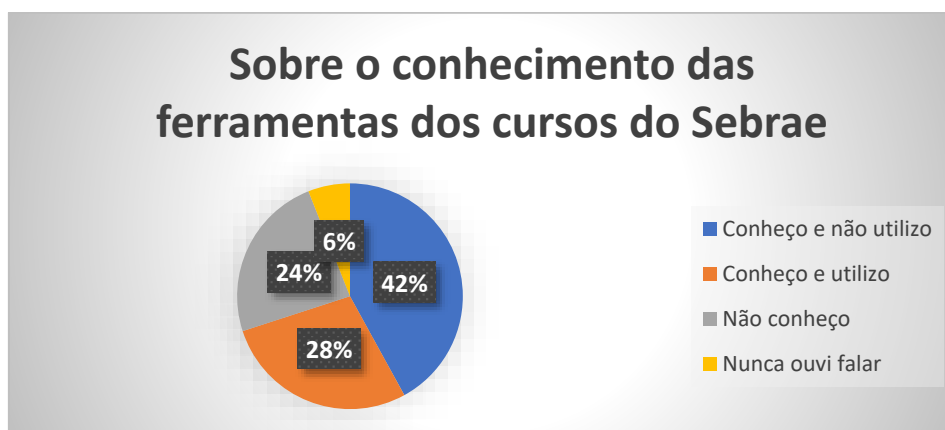
**Gráfico 23** – Utilização da orientação do Sebrae em seu negócio



**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Seguindo a tendência no resultado da pesquisa anterior, as respostas sobre o conhecimento das ferramentas do Sebrae evidenciam que 42% dos empreendedores conhecem, porém não utilizam as mesmas, 28% conhece e utiliza, percentual muito abaixo do esperado num país cada vez mais empreendedor, 24% dos entrevistados dizem não conhecer as ferramentas dos cursos e 6% nunca nem viram se quer falar nas mesmas.

**Gráfico 24** – Conhecimento das ferramentas do Sebrae

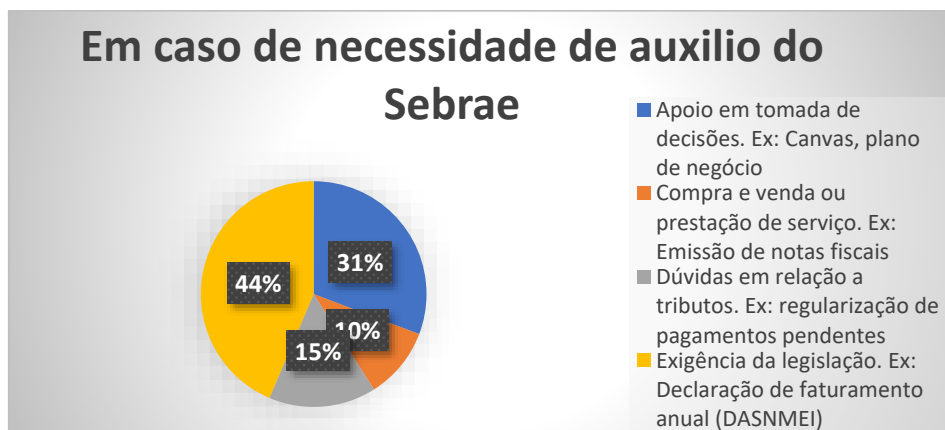


**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

A decisão de empreender pode ser resultante de várias coisas e situações, quem empreende por necessidade ou por vontade e oportunidade, deve-se utilizar de todas as ferramentas e apoio possível para que se chegue ao sucesso, o Sebrae como

já descrito várias vezes neste trabalho, é um aliado na caminhada ao desenvolvimento, porém, a maioria dos microempreendedores individuais só utilizam os serviços da instituição para as exigências legais no total de 44% entrevistados, 31% já utilizam os serviços de elaboração, estruturação do negócio e consultorias, percentual que poderia ser melhor caso estes empreendedores buscassem mais informações à respeito de como empreender, 15% das respostas diz respeito à dúvidas em relação aos tributos e limite de faturamento, e 10% utilizam ou utilizaram os serviços do Sebrae para orientação compra, venda e prestação de serviço.

**Gráfico 25** – Em caso de necessidade de auxílio do Sebrae



**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

No referencial teórico, no item 2.2 especificamente, foi mostrado que no próprio boleto de pagamento ficam descritos os valores quem compõe o DAS-PGMEI (boleto de pagamento do MEI) e para cada órgão de destino dos mesmos, 46% dos entrevistados não sabem sobre os valores e para onde vão os mesmos, somente 32% dos entrevistados sabem de tais informações e 22% dizem saber da composição dos valores, porém não sabem para os mesmos se destinam.

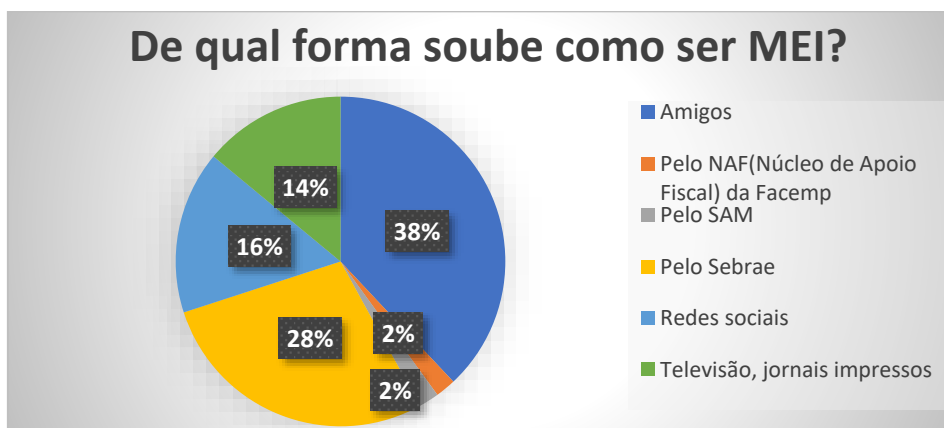
**Gráfico 26** – Os valores que compõem o e destinação de cada um deles



**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

A formalização do MeI cada vez mais se torna comum, tanto para aqueles que empreendem ou até mesmo para aquelas pessoas que somente querem contribuir com a previdência social de forma mais barata, 38% dos entrevistados afirmaram que os amigos que lhes informaram sobre o MEI, 28% através do Sebrae, 16% pelas redes sociais, 14% através da televisão e jornais e 2% souberam através do NAF, mesmo percentual para os que se informaram através do SAM.

**Gráfico 27** – Forma na qual conheceu a formalização do MEI

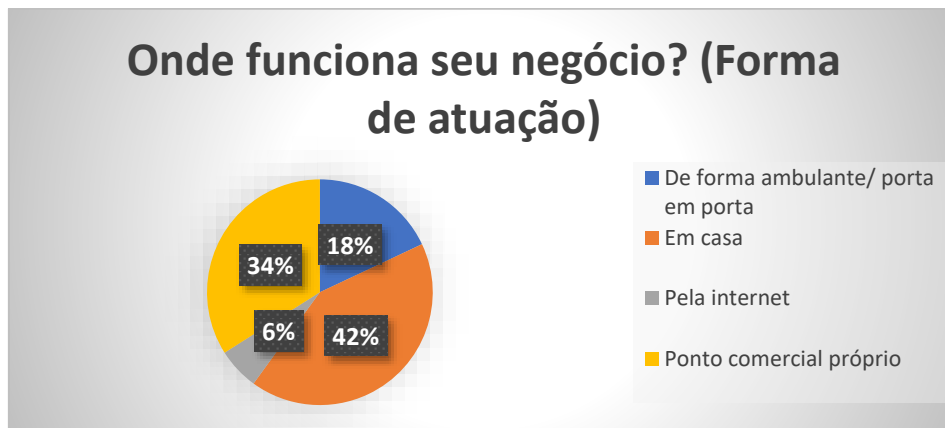


**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Atualmente existem vários segmentos, tamanhos de empresas, que possibilitam as mesmas atuarem de várias formas, no momento da formalização do MEI, é possível escolher múltiplas formas de atuação, desde forma ambulante (sem local fixo, de porta em porta), até mesmo como *e-commerce*, somente para vendas online, 42% dos empreendedores afirmaram que seus negócios funcionam nas suas

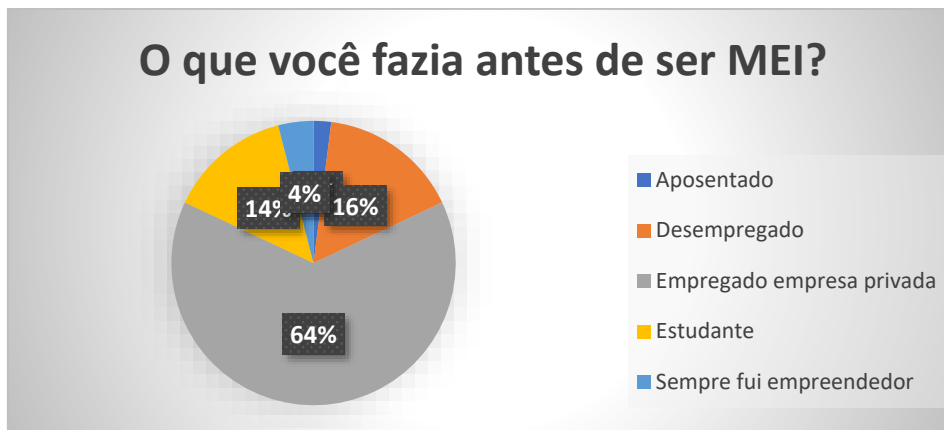
próprias casas, 34% correspondem aos que exercem suas atividades em pontos comerciais próprios, 18% informaram que atuam de forma ambulante e 6% atuam somente pela internet, porém todos utilizam das redes sociais como uma ferramenta para ajudar nas vendas.

**Gráfico 28** – Local de funcionamento do negócio



**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Cada vez mais se empreende no Brasil, as pessoas começaram a enxergar a oportunidade de ter uma renda extra e ou investir em algo que possa conciliar com outra atividade e caso a mesma dê certo investir 100% do seu tempo na mesma, podemos verificar isso quando 64% dos entrevistados responderam que eram funcionários de empresas privadas antes de ser MEI, já 16% estavam desempregados e optaram em empreender para sobreviver, 14% eram somente estudante, 4% afirmaram que sempre foram empreendedores e 2% já estavam aposentados e resolveram empreender.

**Gráfico 29** – Ocupação antes de ser MEI

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

A informalidade é comum para aqueles que estão iniciando ou tem pouco tempo empreendendo, até mesmo por conta da incerteza do sucesso do empreendimento, mas 46% dos entrevistados afirmaram que já começaram empreendendo possuindo um cnpj, um percentual considerável, 22% afirmaram que passaram menos de 1 ano atuando informalmente, 18% menos de 2 anos atuando da mesma forma e 14% declaram ter atuado sem a formalização entre 1 e 2 anos.

**Gráfico 30** – Tempo de exercício na informalidade

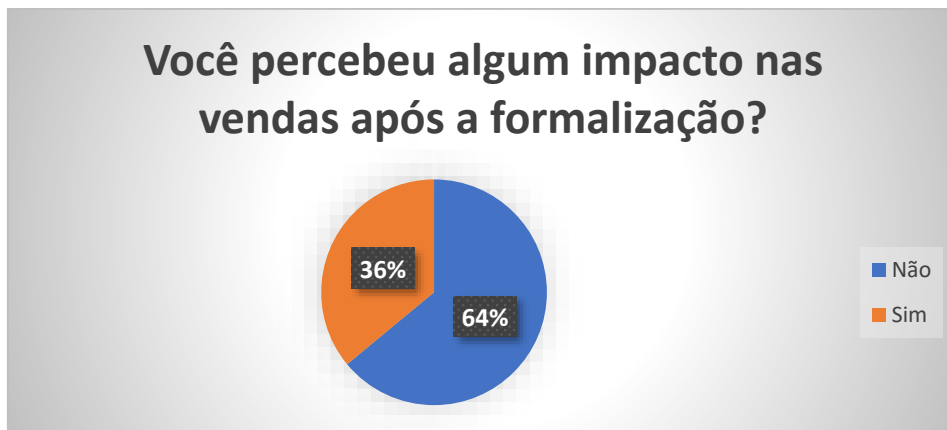
**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Sobre possuir outra renda além da atividade, 58% responderam não possuir outra renda além da oriunda da atividade empreendedora e 42% afirmaram que possuem outra renda além do empreendedorismo, ou seja, se fizermos uma análise da resposta do Gráfico 29, onde 64% dos empreendedores afirmaram ter contrato de regime CLT antes de ser MEI, podemos afirmar que, boa parte dos mesmos ainda

possuem seus empregos e dividem seus tempos entre empreender e seus contratos de trabalho.

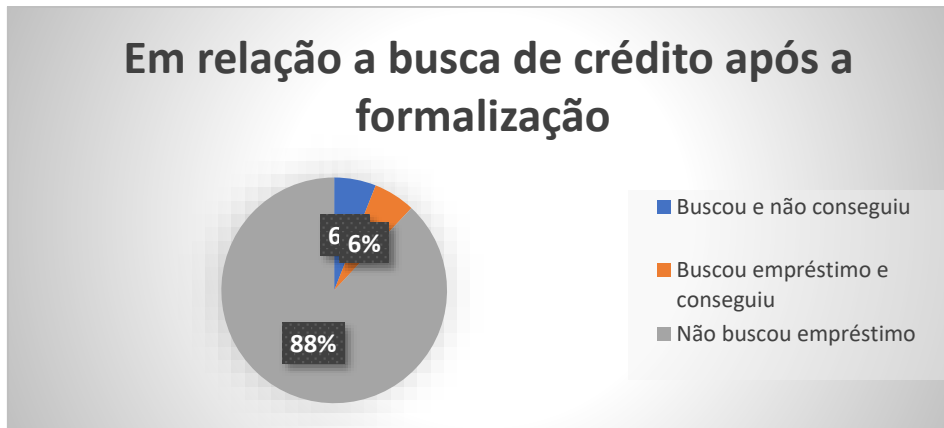
Quando questionados sobre o impacto nas vendas após a formalização, somente 26% notaram aumento no faturamento e 64% afirmaram não perceber nenhuma melhora, notou-se que as respostas se assemelhavam com questionamentos anteriores, por exemplo, no gráfico 19, no total de 60% dos entrevistados afirmaram que não emitem NF, ou seja, o público que são atendidas por eles não fazem tais exigências, daí a explicação para os percentuais apresentados.

**Gráfico 31** – Impacto nas vendas após a formalização



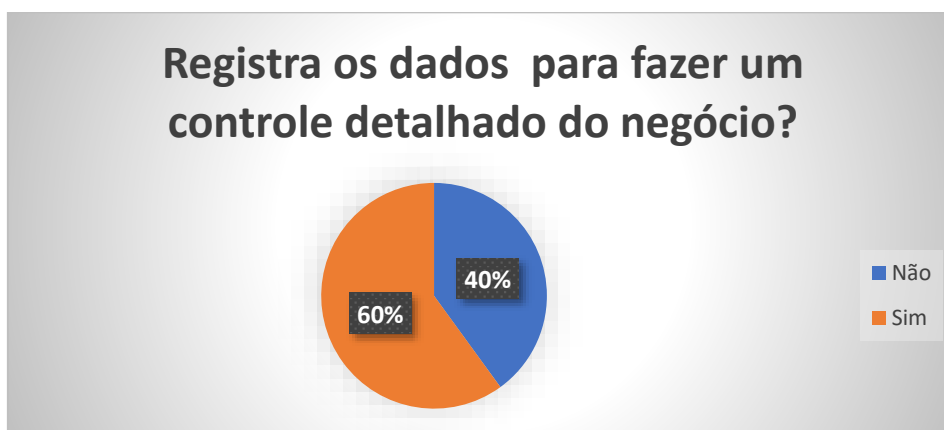
**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

No Brasil ainda existe uma resistência muito grande em recorrer ao crédito bancário para investimentos empresariais por parte dos Microempreendedores individuais, muitas vezes por incertezas no faturamento, falta de planejamento, políticas econômicas e até mesmo o medo do endividamento, pois, 88% dos entrevistados confirmaram nunca terem buscado crédito, 6% das respostas indicaram que conseguiram o crédito e o mesmo percentual, 6% disseram que tentaram e não conseguiram acessar nenhum tipo de crédito para investir no negócio.

**Gráfico 32** – Busca de crédito após a formalização

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Todo empreendedor que quer entender sua empresa, saber como ela se comporta em determinada época do ano, precisa fazer todos os registros do seu negócio, de acordo com as respostas da pesquisa, 60% dos empreendedores fazem algum tipo de anotação e 40% não anotam nada, percentual considerado devido à quantidade de informações e capacitações oferecidas nos dias de hoje.

**Gráfico 33** – Registro de controle detalhado do negócio

**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

É notório que no Brasil o empreendedorismo está ligado fortemente à realização e projeto pessoal de busca de felicidade, então devemos lembrar que a felicidade é momento de espírito e não é constante, assim como na maioria das vezes o sucesso do negócio também não é, segundo os empreendedores que responderam ao questionário, 66% afirmaram estarem satisfeitos com seus negócios após a formalização, 34% afirmaram que talvez estivessem satisfeitos, ou seja, entende-se

que estão gostando dos resultados mas entendem que poderiam melhorar os números, nenhum dos entrevistados afirmaram estarem insatisfeitos com seus negócios.

**Gráfico 34** – Satisfação com o negócio após a formalização



**Fonte:** Dados da pesquisa (2019).

Ao analisar, através da matriz swot, os pontos fortes e fracos do processo de formalização dos microempreendedores individuais, os resultados demonstraram pontos fortes e fracos, assim também como, as oportunidades e ameaças, conforme quadro 1.

**Quadro 1** – Matriz Swot da formalização

<b>Pontos fortes</b>	<b>Pontos fracos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixo custo</li> <li>• Flexibilidade</li> <li>• Competividade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Limite de faturamento/ compras</li> <li>• Pouca qualificação</li> <li>• Medo de mudar de porte</li> <li>• Falta de controle/ fluxo de caixa</li> </ul>
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novas linhas de créditos</li> <li>• Licitações</li> <li>• Probabilidade de crescimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Concorrência com empresas maiores</li> <li>• Mudança de comportamento do consumidor</li> <li>• Crise econômicas</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021)

Após análises e discussões dos dados apresentados na pesquisa, tivemos a oportunidade de entender o perfil do microempreendedor individual em Santo Antônio de Jesus, o quanto ele participa e pode praticar do desenvolvimento econômico da cidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo identificar os principais fatores que impulsionam a formalização e os impactos na atividade do MEI na região de Santo Antônio de Jesus/Ba entre os anos de 2013 a 2019.

Como resultado geral, a pesquisa mostrou: 1) Perfil do empreendedor: adulto jovem entre 21 a 44 anos; na sua maioria (66%) do gênero masculino e com relativa qualificação de educação formal (32% com nível superior incompleto); 2) 60% foram influenciados em relação a formalização para ter um CNPJ; 3) Acompanhamento formal: 62% dos empreendedores não utilizaram serviços contábeis; 4) 42% iniciaram seus negócios por oportunidade do mercado; 5) 42% dos respondentes conhecem as ferramentas do SEBRAE mas não utilizam; 6) 44% procuraram o SEBRAE para serviços com exigências legais; 7) 64% dos respondentes afirmaram não terem percebido um impacto nas vendas após a formalização; 8) 66% declararam que estão satisfeitos com a formalização.

Em resposta à pergunta da pesquisa, sobre os principais fatores que impulsionam a formalização e os impactos na atividade do MEI na região de Santo Antônio de Jesus entre no ano de 2013 a 2019, os resultados mostraram que a maior influência para formalização foi a possibilidade de ter um CNPJ. Em relação aos impactos na atividade, por mais que a maioria dos respondentes tenham declarado estar satisfeitos, os empreendedores não perceberam mudanças significativas no negócio, sobretudo, nas vendas.

As ferramentas do SEBRAE são conhecidas pelos empreendedores, porém a maioria dos respondentes declararam que ainda não utilizaram em seus negócios. Por outro lado, em relação às atividades legais e jurídicas, os respondentes afirmaram que procuram o SEBRAE para ter suporte.

A análise elaborada com base na matriz SWOT, identificou como ponto fraco pouca qualificação e limite de faturamento de compra. Como ponto forte, foi identificado o baixo custo e a possibilidade de competir no mercado. Uma das oportunidades seria novas linhas de créditos e empréstimos, embora 88% dos respondentes tenham declarado que não procuraram por empréstimos, essa oportunidade pode dar uma contribuição no caixa do negócio. Em geral, podemos concluir que, mesmo após a formalização, o empreendedor ainda precisa de suporte para gerenciar seu negócio.

Como contribuição, este trabalho identificou elementos importantes da formalização na percepção dos empreendedores. Elementos que podem servir como base para políticas públicas voltadas para os Microempreendedores Individuais, assim também como, auxiliar instituições que prestam serviço a esse público.

Como limitação, na pesquisa poderia ter inserido perguntas abertas para avaliar de forma qualitativa a percepção dos empreendedores. Recomenda-se, para futuras pesquisas, ampliar o estudo com empreendedores de outras regiões, inserindo também às questões qualitativas.

## REFERÊNCIAS

BACATTINI, G. **O distrito marshalliano: uma noção socioeconômica**. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Orgs.). *As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Portugal: Celta, 1994.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. **O novo debate regional: posições em confronto**. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (Orgs.). *As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Portugal: Celta, 1994.

BENNETT, J.; RABLEN, M. D. Self-employment, wage employment, and informality in a developing economy. **Oxford Economic Papers**, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2014.

BRASIL. **Lei Complementar n.128**, de 19 de Dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp128.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp128.htm). Acesso em: 10 mai. 2017.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de jan. de 2002**. Código Civil. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm). Acesso em: 03 nov. 2017.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. Saraiva, 2012.

**Comitê Gestor aprova novas normas relativas ao Simples Nacional e MEI**. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/noticias/ascom/2017/agosto/comite-gestor-aprova-novas-normas-relativas-ao-simples-nacional-e-mei>. Acesso em: 20 nov. 2017.

DORNELAS, J.C.A. **Empreendedorismo, transformando ideias em negócios**. 6. ed. São Paulo: Empreende: Atlas, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

**Desemprego cai, mas aumento do trabalho informal dificulta retomada da economia**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/31/deseemprego-cai-mas-aumento-do-trabalho-informal-dificulta-retomada-daeconomia.ghtml>. Acesso em: 12 maio 2019.

**Desemprego é o maior em 7 anos em 13 capitais do país, diz IBGE.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/22/desemprego-cai-em-6-das-27-unidades-da-federacao-no-4o-tri.gh.html>. Acesso em: 12 maio 2019.

LIMA, M. O; SANTOS, S. A; DANTAS, A. B. Propensão ao Empreendedorismo dos Alunos do Ensino Fundamental: um Estudo Comparativo com alunos de 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries, entre Instituições de Ensino Municipais e Privadas de Maceió. In: Encontro da ANPAD, 30, 2006, Salvador/BA. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006.

MALUF, R. S. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 53-86, 2000.

MARTINS, R. D. A.; CALDAS, E. L. Uma análise comparada de experiências de desenvolvimento econômico local no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 5, n. 3, p. 70-93, 2009a.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Visões do desenvolvimento local: uma análise comparada de experiências brasileiras. **Interações**, v. 10, n. 2, p. 207-218, 2009b.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. VAZ, J. C. Participación ciudadana, articulación de actores y desarrollo local: un análisis comparado de experiencias brasileiras. **Revista Mercatec**, v. 43, p. 29-41, 2007.

OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. **Métodos de pesquisa contábil**. São Paulo: Atlas S.A.2011.

OLIVEIRA, F. de. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Instituto Pólis, PGPC/FGV-Eaes, 2001.

**Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=149](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149). Acesso em: 12. mai. 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

**Programa microempreendedor individual cresce 22% e atinge 5,6 milhões de inscritos.** Disponível em: <http://www.fenacon.org.br/noticias/fenacon-na-midia/programa-microempreendedor-individual-cresce-22-e-atinge-56-milhoes-de-inscritos-24/>. Acesso em: 12. mar. 2019.

SANTOS, B. de S.; RODRÍGUEZ-GARAVITO, C. A. **Introduction: expanding the economic canon and searching for alternatives to neoliberal globalization.** In: SANTOS, B. de S. (Org.). Another production is possible. Beyond the capitalist canon. London: Verso, 2006.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1982.

SEBRAE, Características do Empreendedor: Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Programas/conheca-as-caracteristicas-empreendedoras-desenvolvidas-no-empretec,d071a5d3902e2410VgnVCM100000b272010aRCRD>. >. Acesso em: 29 abri. 2019.

SEBRAE. **Pesquisa Gem**: empreendedorismo no Brasil e no mundo. Apresenta as taxas de empreendedorismo e monitora a evolução de variáveis. Disponível em: <https://goo.gl/ZaYmrz>. Acesso em: 05 mai. 2019.

SOUZA, E. C. L. de; FRACASSO, E.; LOPEZ JR., G. S. **Empreendedorismo e atitude empreendedora**: conceitos e construção de escalas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 5., 2008, São Paulo. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008.

SOUZA, D.; SOUZA, J.; PASIN, L.; ZAMBALDE, A. Empreendedorismo e desenvolvimento local: uma análise do programa Microempreendedor Individual em Minas Gerais, Brasil. **Desenvolvimento Em Questão**, 14(37), 262-292. 2016.

SUISSO, Flávia. Trabalho informal no Brasil contemporâneo. **Revista eletrônica da Faculdade de Direito de Campos**, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.fdc.br/Revista/Artigo.aspx?ArtigoID=14>. Acesso em: 04 abri. 2017.

## APÊNDICE

1. Idade

\_\_\_\_\_

2. Gênero

- Feminino
- Masculino

3. Escolaridade

- Especialização  Superior completo  Superior Incompleto
- Ensino Médio completo  Ensino Médio incompleto  Especialização
- Ensino Fundamental completo  Ensino Fundamental incompleto

4. Estado Civil

- Casado
- Solteiro
- Divorciado
- Viúvo

5. Quantidade de filhos

- Nenhum
- Sim, 1
- Sim, mais de 1

6. Faturamento mensal do negócio?

- Sem faturamento
- Menos de R\$1.000,00
- Entre R\$1.000,00 e R\$2.000,00
- Mais de R\$2.000,00

7. Qual a sua área de atuação, ou de interesse de negócio?

- Serviço
- Comércio
- Indústria

8. Quanto tempo exerce essa atividade?

- Menos de 1 ano
- Em torno de 1 ano
- À mais de 2 anos

9. Qual o principal motivo que o influenciou a buscar a formalização do seu negócio?

- Aquisição de CNPJ
- Cobertura previdenciária
- Possibilidade de crescimento

10. Qual o principal motivo que o influenciou a abrir um negócio?

- Possuir as características de empreendedor
- Oportunidade de uma renda extra além do salário
- Necessidade oriunda do desemprego

11. Existe alguma pessoa que trabalha no negócio além de você?

- Sim, porém somente quando há necessidade
- Sim, trabalha todos dias, porém na informalidade
- Sim, com carteira assinada e todos os direitos trabalhistas

12. Vende/ presta serviço/ fabrica algum produto para alguma instituição pública?

- Sim
- Não

13. Emite Nota Fiscal de serviço/ venda e ou fabricação?

- Não; nunca precisei
- Não; mas pretendo habilitar-me
- Sim, sempre
- Sim, somente quando solicitado pelo cliente

14. Foi realizado algum planejamento (pesquisa de mercado, localização estratégica e etc) antes de iniciar o seu negócio?

- Sim
- Não

15. Você já utilizou do serviço de algum profissional contábil em algum momento de seu negócio?

- Sim
- Não

16. Durante a gestão do seu negócio acontece uma separação entre os recursos (dinheiro e bens) da empresa e do proprietário?

- Sim
- Não
- Às vezes

17. Como ocorre a utilização da orientação do Sebrae em seu negócio?

- Utilizo constantemente
- Utilizo quando a legislação obriga
- Não utilizo
- Não utilizo, mas pretendo utilizar

18. Em relação ao conhecimento das ferramentas de gerenciamento que os cursos do Sebrae proporciona?

- Conheço e utilizo
- Não conheço
- Conheço e não utilizo
- Nunca ouvi falar

19. Em caso de necessidade de auxílio do Sebrae?

- Exigência da legislação. Ex: Declaração de faturamento anual (DASNMEI)
- Apoio em tomada de decisões. Ex: Canvas, plano de negócio
- Dúvidas em relação a tributos. Ex: regularização de pagamentos pendentes
- Compra e venda ou prestação de serviço. Ex: Emissão de notas fiscais

20. Em relação aos valores que compõem o DAS, sabem quais são e para onde são destinados cada um deles?

- Sim e sei os destinos de tais valores
- Já identifiquei, porém não sei os destinos de tais valores
- Não sei

21. Como ficou sabendo sobre a formalização para ser MEI?

- Redes sociais

- Amigos
- Televisão, jornais impressos
- Pelo Sebrae
- Pelo SAM
- Pelo NAF(Núcleo de Apoio Fiscal) da Facemp

22. Onde funciona seu negócio? (Forma de atuação)

- Em casa
- Ponto comercial próprio
- De forma ambulante/ porta em porta
- Pela internet

23. O que você fazia antes de ser MEI?

- Empregado empresa privada
- Estudante
- Aposentado
- Desempregado
- Sempre fui empreendedor

24. Por quanto tempo você ficou na informalidade?

- Nunca trabalhei na informalidade
- Menos de 1 ano
- Entre 1 e 2 anos
- Mais de 2 anos

25. Você possui outra renda?

- Sim
- Não

26. Você percebeu algum impacto nas vendas após a formalização?

- Sim
- Não

27. Em relação ao crédito após a formalização?

- Buscou empréstimo e conseguiu
- Buscou e não conseguiu
- Não buscou empréstimo

28. Você registra em algum lugar os dados (de gastos e receitas) para fazer um controle detalhado do negócio?

Sim

Não

29. Você está satisfeito com seu negócio após a formalização?

Sim

Não